



LEI

LEI Nº 2.463/2019



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA

L E I Nº. 2.463, de 29 de agosto de 2019

Altera a Lei Municipal n.º 1.331, de 08 de janeiro de 1985 - Código de Posturas do Município de Itabuna, na forma que indica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITABUNA, faço saber que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 253 e seus §§ 1º e 2º do TÍTULO V – DO FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO, PRESTADORES DE SERVIÇOS E DA INDÚSTRIA, seu CAPÍTULO I – DO FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, PRESTADORES DE SERVIÇOS E DA INDÚSTRIA e a SEÇÃO I – DO COMÉRCIO, PRESTADORES DE SERVIÇOS E DA INDÚSTRIA, da Lei Municipal n.º. 1.331, de 08 de janeiro de 1985 - Código de Posturas do Município de Itabuna, sofrerá modificações na redação concedida pela Lei Municipal n.º.2.425, de 30 de maio de 2018, passa a vigorar com os seguintes termos:

“ (...)

TÍTULO V

DO FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO, PRESTADORES DE SERVIÇOS E DA INDÚSTRIA

CAPÍTULO I

DO FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, PRESTADORES DE SERVIÇOS E DA INDÚSTRIA

Seção I

Do Comércio, Prestadores de Serviços e da Indústria

Art. 253. Sem prejuízo das determinações constantes desta Seção e desta Lei, bem como, de outras que pela natureza do ramo ou atividade comercial, de prestação de serviços e ou industrial, do alvará de funcionamento constará obrigatoriedade:

I - exigência de afixação em local visível e de fácil acesso, de placa indicativa proibido o ingresso e ou permanência de pessoa(s) utilizando capacete ou qualquer tipo de cobertura que oculte sua(s) face(s);



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA

II - exigência de afixação em local visível e de fácil acesso, de placa indicativa de atendimento prioritário às pessoas idosas, as gestantes, as lactantes, pessoas com crianças de colo, os obesos e com deficiência física, intelectual ou sensorial, inclusive àquelas com Transtorno do Espectro Autista ou aos seus acompanhantes quando estas não exercerem por si atos da vida civil e negócios jurídicos.

§ 1º. A inobservância ou infração, a qualquer tempo, pelo estabelecimento comercial, de prestação de serviços e ou industrial, quanto a afixação da placa de que trata o caput deste artigo, e nas mesmas condições, o ingresso e ou permanência de pessoa(s) utilizando capacete ou qualquer tipo de cobertura que oculte sua(s) face(s), verificada e autuada por fiscal do Órgão da Administração Municipal que atua na fiscalização das atividades anteriormente mencionadas, acarretará a multa de 10 (dez) Unidades Fiscal Municipal - UFM's.

§ 2º. A reincidência do disposto no caput deste artigo, acarretará a aplicação de multa a progressiva, acrescentando-se ao quantitativo de UFM's definido no parágrafo anterior um percentual de 50% (cinquenta por cento) a mais do aludido indexador municipal e assim por diante, tomando-se como base o montante das Unidades Fiscal Municipal atribuída anteriormente, até o limite de 50 (cinquenta) UFM.

§ 3º. O disposto nos incisos I e II do *caput* deste artigo, aplica-se as empresas concessionárias de serviços públicos e, exclusivamente, para fins de atendimento prioritário as Entidades e Órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Itabuna.

(...)"

Art. 2º - Renumerem-se os dispositivos da Lei Municipal nº. 1.331, de 08 de janeiro de 1985 - Código de Posturas do Município de Itabuna, que se fizerem necessários, em face às modificações promovidas por esta Lei.

Art. 3º. Os estabelecimentos que atuam na **atividade comercial, de prestação de serviços e ou industrial** que à data de publicação desta Lei já disponham de alvará de localização e funcionamento, fica deferido o prazo de até 180 (cento e oitenta) dias para se adequarem e por conseguinte atenderem a exigência advinda da alteração promovida por esta legislação à Lei Municipal nº. 1.331, de 08 de janeiro de 1985 - Código de Posturas do Município de Itabuna.

Parágrafo único. A contagem do prazo estabelecido no *caput* inicia-se da data de publicação desta Lei.

Art. 4º. Fica o Poder Executivo regulamentará a presente Lei, para fins de adequação à legislação vigente e definição de condição para confecção da placa.

Prefeitura Municipal

Av. Princesa Isabel, 678 – Centro Administrativo Municipal Firmino Alves – São Caetano



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, devendo esta se processar nos termos do art. 107 da Lei Orgânica deste Município e por meio eletrônico através do site da Prefeitura Municipal de Itabuna.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITABUNA, em 29 de agosto de 2019.

FERNANDO GOMES OLIVEIRA
Prefeito

MARIA ALICE ARAÚJO PEREIRA
Secretária de Governo